

CONSENSO

Congresso aposta no diálogo

Na abertura do ano legislativo, presidentes da Câmara e do Senado sinalizam alinhamento nas pautas prioritárias para 2024

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

O Congresso Nacional retorna amanhã suas atividades e com a demanda de maior diálogo entre as Casas. Na cerimônia de abertura do ano legislativo, os discursos dos presidentes Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Senado, demonstraram um alinhamento em relação às prioridades para 2024. Inteligência artificial, transição energética e segurança pública foram alguns dos temas sinalizados para guiar os trabalhos dos parlamentares este ano. Apesar disso, a proposição e tramitação de projetos e a mudança de prioridades entre as matérias prometem ser mais uma queda de braço entre as Casas.

“O Brasil está vivendo um momento de anormalidades, de quebra do devido processo legal e de harmonia entre os Poderes desestabilizada. Nós temos Três Poderes no Brasil, mas um desses é fracionado em duas Casas e se essas Casas não têm uma pauta comum, um entendimento de que é preciso unificar esforços no sentido de reafirmar o seu papel, isso fragiliza ainda mais a posição do parlamento brasileiro”, avaliou o senador Marcos Rogério (PL-RO) em conversa com o **Correio**.

Para o senador, o Legislativo estaria encolhido diante das investidas do Judiciário, tanto em relação às operações da Polícia Federal que cumpriram mandados de busca e apreensão em gabinetes de parlamentares,

Lula Marques/Agência Brasil



Inteligência artificial, transição energética e segurança pública foram alguns dos temas sinalizados como prioritários para as duas Casas

quanto aos julgamentos realizados no Supremo Tribunal Federal (STF) que estariam invadindo a competência do Congresso. Ele acredita que as rusgas com o Executivo também diminuem a força das Casas.

“A Câmara e o Senado precisam dialogar mais. Tenho observado isso e acho que, publicamente, pareça estar tudo bem entre os presidentes das Casas, as pautas não têm confirmado a retórica. É preciso olhar para os

fatos”, ressaltou Rogério.

Há uma sensação de falta de comprometimento entre os parlamentares, em especial os de oposição, em relação às pautas enviadas de uma Casa para a outra. A avaliação é de que muitos projetos que são aprovados no Senado, estacionam na Câmara e vice-versa.

Pautas de interesse

Senadores da oposição se

reuniram com Pacheco para apresentar as pautas de interesse do grupo para este ano e, de acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, o chefe da Casa Alta sinalizou positivamente aos temas. “Falamos, por exemplo, sobre o projeto que pretende acabar com a reeleição e aumentar para cinco anos os mandatos no Executivo, sobre a PEC que limita as decisões monocráticas de ministros do STF e demonstramos insatisfação sobre essa falta

de diálogo. Mas Pacheco disse que certas coisas não dependem somente dele”, detalhou o senador Eduardo Girão (Novo-CE). De acordo com o parlamentar, existe uma “total falta de diálogo entre o Senado e a Câmara”, o que abre espaço para que o Judiciário assuma um protagonismo.

Uma mudança na norma de tramitação de projetos na Câmara aponta para novos conflitos entre Pacheco e Lira. A alteração no regimento interno da

Casa Baixa trata da prioridade de propostas, tornando suas matérias prioritárias em relação às do Senado. Assim, projetos aprovados pela Casa Alta e enviados à Câmara serão apensados, ou seja, unidos às matérias mais antigas e de temas similares de iniciativa dos deputados.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) foi um que cobrou uma postura mais firme do presidente do Senado e que ele reverta a medida. “Lira mudou as regras do jogo numa aparente tentativa de ter sempre a palavra final sobre os projetos, numa atitude ilegal e abusiva”, alega. “Essa alteração ataca diretamente a democracia e o sistema bicameral.”

Pacheco demonstrou reconhecer que o processo de tramitação acaba ficando “desbalanceado” e declarou que tentará o diálogo político com a Mesa Diretora da Câmara para “restabelecer o comando que é de isonomia entre as Casas”. Segundo ele, caso a decisão não seja corrigida, o regimento do Senado também será alterado para suprimir a preferência dos projetos da Câmara.

Essa disputa de forças entre senadores e deputados não é nova e repete a queda de braço em relação à tramitação das medidas provisórias (MP) apresentadas pelo governo federal, em março do ano passado. Durante a pandemia, os textos tramitavam primeiro na Câmara, com a relatoria de um deputado, sem que fosse necessário passar pelas comissões mistas, isto é, com senadores também. Pacheco defendia o retorno desta etapa, a contragosto de Lira.

MANIFESTAÇÃO

Bolsonaro testa a Justiça

» RENATO SOUZA

Após ser alvo de uma operação da Polícia Federal, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Jair Bolsonaro, que figura como investigado em um inquérito que corre na corte, decidiu seguir uma linha de confronto com o Poder Judiciário. Assim como fazia quando era chefe do Poder Executivo, o político convocou um ato com apoiadores, previsto para o próximo dia 25, na Avenida Paulista.

A manifestação é endossada por apoiadores, como o pastor Silas Malafaia, o deputado

federal Nikolas Ferreira (PL) e o senador Magno Malta (PL). Publicamente, Bolsonaro afirma que a convocação tem como foco “defender o Estado Democrático de Direito”, a Constituição e a liberdade.

No entanto, desta vez, o ex-presidente está sob medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, que impedem o ex-mandatário de ter contato com outros investigados no mesmo inquérito, como os generais Augusto Heleno, Walter Braga Netto, Paulo Sérgio e Valdemar Costa Neto, presidente do PL.

De acordo com fontes ouvidas

pelo **Correio** no Supremo, caso Bolsonaro realize algum ataque contra as instituições, incite apoiadores a praticar atos antidemocráticos ou mantenha diálogo com outros investigados, ele pode ser preso preventivamente nas horas seguintes, inclusive em flagrante.

Riscos

Especialistas apontam que os riscos jurídicos são elevados e que o próprio fato de Bolsonaro convocar um ato, embora não seja crime, tem semelhanças com a forma de atuação da organização criminosa investigada pela PF que tentou executar um golpe de Estado.

Conrado Gontijo, advogado

criminalista e doutor em direito penal econômico pela Universidade de São Paulo (USP) afirma que o ato não deve mudar em nada as decisões do Supremo. “Jair Bolsonaro, mais uma vez, age em desrespeito aos valores democráticos, ao convocar evento para, supostamente, fazer uma defesa pessoal sobre os graves fatos que lhe são atribuídos”, afirma.

Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia, não vê linha de confronto com o STF. “Não acredito que seja um confronto direto com o STF. Mas ele continua com seu comportamento provocador. E isso pode trazer consequências muito sérias para ele, destaca o especialista.

Natanael Alves/PL



Bolsonaro afirma que ato será em defesa da democracia e da liberdade



SÉRGIO ABRANCHES

O ESVAZIAMENTO DOS PARTIDOS TRADICIONAIS, PELO DESGASTE DE ANTIGAS LIDERANÇAS, MERGULHOU-OS EM PROFUNDA ANEMIA DE VOTOS, PROVOCANDO UM REALINHAMENTO A FAVOR DE PARTIDOS DO CHAMADO CENTRÃO

O presidencialismo de coalizão não acabou

O modelo político brasileiro não acabou. Continuamos com a forma presidencial de governo, com o sistema multipartidário fragmentado e a federação, com configurações partidárias diferentes da nacional. No presidencialismo, o presidente é o chefe de Estado e de Governo. No nosso modelo, precisa formar uma coalizão majoritária para governar. O processo político-eleitoral recente produziu anomalias que enfraquecem o presidencialismo, mas não o extinguem.

O esvaziamento dos partidos tradicionais, pelo desgaste de antigas lideranças, mergulhou-os em profunda anemia de votos, provocando um realinhamento a favor de partidos do chamado centrão. Destituídos de políticos de relevância nacional, apostam no atendimento de clientelas e grupos de interesse abas-

tados, fazendo uma política despolitizada. Uma política de serviços e não de programas públicos. Os partidos tradicionais de centro e centro-direita faziam um híbrido de política e serviço. A diminuição das bancadas tradicionais por perda de competitividade eleitoral do MDB, PFL/DEM, PSDB, e da esquerda, até mesmo do PT, abriu espaço para o centrão. Não por acaso, o PL, tocado pela onda bolsonarista fez a maior bancada em 2022. Ficou próximo das bancadas que antes faziam MDB, PFL, PSDB e PT. Sua fixação clientelista casou perfeitamente com a demagogia de Bolsonaro.

Com a rearrumação das cadeiras na Câmara, pela via do troca-troca partidário, algumas das bancadas aumentaram, mas ao custo de se tornarem ainda menos coesas. O centrão jamais

será pivô de coalizões viáveis. Não é esta a política que faz. O partido-pivô ajuda o governo a articular e mobilizar a coalizão. FHC teve PSDB e PFL, como pivôs. Lula, o PT e o MDB. O centrão é um aglomerado de partidos rentistas e nada mais. Vive da captura de recursos públicos orçamentários e de poder localizado. Bancadas menores facilitam seu controle da maioria. O governo não tem condições de formar uma coalizão majoritária e minimamente fiel neste quadro de fragmentação e super-representação do centrão. Pode parecer contraditório, a fragmentação eleitoral diminuiu, mas quase todos os partidos perderam cadeiras nas eleições.

Outra anomalia resultou da eleição em 2018 de um governo disfuncional. Tomou posse um presidente política-

mente limitado, indesejoso de governar com uma coalizão. Forçado a fazê-lo, mostrou-se incapaz de operar a coalizão majoritária que o apoiou. Bolsonaro terminou por transferir poderes para o Congresso, especialmente na execução do orçamento. Criou o famigerado orçamento secreto, diretamente gerenciado pelos presidentes das duas Casas do Congresso e alguns poucos parlamentares, sem transparência e sem controle. O presidente da Câmara controlou a maior fatia. O Supremo Tribunal Federal considerou a prática inconstitucional. O Congresso criou um novo sistema de emendas, que aumentou muito seu poder de execução direta do orçamento, uma prerrogativa exclusiva do Executivo no presidencialismo.

Vivemos uma situação anômala de dominância

legislativa do orçamento, que desorganiza o sistema de políticas públicas, interfere na capacidade de investimento do presidente e aumenta a desigualdade federativa. Essas distorções prejudicam a governabilidade e produzem um processo disfuncional de formulação e execução de políticas públicas. Perde a sociedade.

O controle da maioria pelo centrão e a dominância do Legislativo sobre grande fatia do orçamento disponível para uso discricionário do Executivo impedem a formação de coalizões mais coesas e coerentes. Retiram do presidente ferramentas indispensáveis ao gerenciamento de uma coalizão majoritária minimamente coesa. A reduzida capacidade presidencial de manejar o orçamento dificulta o financiamento de novas políticas e investimentos e o

impede até de satisfazer os partidos que sustentam seu governo, para assegurar a maioria no Congresso.

Boa parte da desarrumação política que vivemos se deveu à inapetência de Bolsonaro pela política. Seu interesse era por uma agenda minúscula de valores comportamentais. Seu descompromisso com a democracia foi revelado por inteiro na vasta rede de conspiração para um golpe que buscava impedir ou anular a eleição de 2022. Isso explica o desprezo presidencial por políticas públicas e sua recusa em adotar ações de Estado na grave emergência da pandemia. Explica, também, sua despreocupação com as distorções originadas pela dominância legislativa do orçamento e falta de transparência na gestão dos recursos públicos.